

## ADMINISTRAÇÃO

# Governo reage a controle do TCU

Casa Civil e Planejamento contestam pesquisa sobre nomeações para cargos de alto escalão

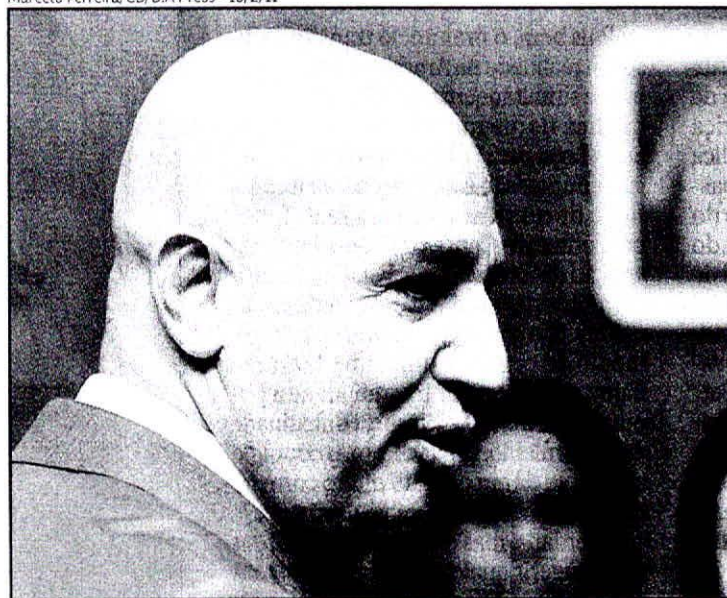
» DIEGO AMORIM

**A** intenção do Tribunal de Contas da União (TCU) de entender como os órgãos da administração federal escolhem os integrantes do alto escalão, de conselhos e de colegiados superiores provocou mal-estar na Esplanada dos Ministérios. Um levantamento com 27 páginas de perguntas para reunir informações e, a partir delas, aprimorar a gestão da máquina pública, contrariou dirigentes responsáveis pela administração, que passaram a questionar a metodologia e até os objetivos da pesquisa.

Na manhã de ontem, representantes da Casa Civil e do Ministério do Planejamento participaram no tribunal de reunião para “tirar dúvidas” sobre o trabalho. O encontro, porém, acabou se transformando em um protesto contra os questionamentos do TCU. Instados a listarem as características e competências levadas em conta na hora de indicar membros da alta administração, os dois órgãos não forneceram as informações e colocaram em dúvida os conceitos adotados pela corte. “Chegaram a dizer que não podiam expor o governo”, contou um dos presentes.

Em documento entregue ao tribunal, o secretário executivo da Casa Civil, Valdir Moysés

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 10/2/11



Valdir Simão questiona metodologia do trabalho e o uso das informações

Simão, propõe mudanças, “em favor da clareza, consistência e integridade do levantamento”. Simão não economiza críticas aos termos usados na pesquisa e chega a questionar “como as informações consolidadas serão tabuladas, apreciadas e publicadas pelo tribunal”.

A reação causou estranheza ao especialista em gestão pública Gil Castelo Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. “A consulta do TCU é plenamente válida, até porque grande parte dessas funções são preenchidas

politicamente, sem qualquer preocupação de mérito”, disse ele.

Em nota, a Casa Civil voltou a mencionar a necessidade de “maior precisão nos conceitos” para que as respostas sejam consistentes. O Ministério do Planejamento, também por meio de nota, afirmou que nenhum representante se manifestou contra a realização da pesquisa. O TCU informou que o objetivo da reunião foi o de “esclarecer dúvidas quanto à pesquisa e quanto ao preenchimento do questionário”.

## Ameaça aos cofres

» ANTONIO TEMÓTEO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em um caso específico, que a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Cofins não é legal. A decisão abre precedente para que a Corte decida sobre uma outra ação que tramita sobre o mesmo tema, com repercussão geral. Pelas contas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), se o Judiciário der ganho de causa aos contribuintes, o impacto aos cofres públicos será de R\$ 250 bilhões. Na avaliação do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, o julgamento está em aberto porque o Supremo terá cinco novos ministros que não participaram do processo anterior.

O STF também iniciou ontem a apreciação da desaposentação. O ministro relator, Roberto Barroso, leu o relatório sobre o assunto, mas votará somente na sessão de hoje. Nas estimativas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), se a Corte entender que a revisão na aposentadoria é legal, o impacto nas contas da Previdência será de R\$ 70 bilhões ao ano.

# TCU: explicação sobre 97 mil cargos

» DIEGO AMORIM

Na era Dilma Rousseff, o número de funções de confiança saltou 12,7%, mais do que o dobro do aumento de 6,04% registrado no primeiro mandato do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de um batalhão de pouco mais de 97 mil pessoas. Somente os cargos comissionados espalhados pelo governo somam quase 23 mil, segundo o Ministério do Planejamento.

Em pesquisa enviada para representantes da administração pública federal, conforme o **Correio** publicou ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) quer justamente entender como são feitas essas nomeações e quais critérios são levados em conta na hora de escolher. O mal-estar provocado na Esplanada dos Ministérios levou órgãos como a Casa Civil a questionarem o levantamento.

O total de cargos de confiança, por si só, avalia Gil Castelo Branco, especialista em gestão pública, já deveria ser suficiente para que o governo desse explicações concretas. "Grande parte dessas funções são indicações meramente políticas de pessoas que caem de paraquedas na administração pública", comentou ele, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Enquanto os órgãos provocados a esclarecer os métodos de seleção alegam confusão de conceitos nas perguntas, gestores do TCU dizem que, na verdade, representantes já deixaram claro que estão "com o pé atrás" em relação à pesquisa. A maior preocupação deles, acrescentam, é em saber como o tribunal pretende divulgar os resultados.

A intenção do TCU, reforçou o ministro José Jorge, consiste em conhecer os parâmetros para indicação dos cargos da alta administração. "Queremos obter informações a serem utilizadas em auditorias futuras, não há uma tentativa de interferir nas escolhas", pontuou ele, acrescentando que geralmente o tribunal não divulga esses dados por órgãos, "para evitar constrangimentos".

A pesquisa em questão provocou outra polêmica interna. Auditores de controle externo levantam dúvidas sobre a designação de um servidor de atividades administrativas para coordenar o trabalho. "Não era o caso de nomear um servidor administrativo. O levantamento é abrangente e toca em questões bem complexas", observou a presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Lucieni Pereira da Silva.

## Mais vagas para professores



Aprovados no concurso público da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) de 2013 realizaram uma manifestação ontem em frente ao Palácio Buriti para pressionar que o número de vagas do cadastro reserva seja ilimitado, diante da necessidade de contratações imediatas. Segundo Sidney de Oliveira, um dos representantes da comissão, é desnecessário realizar outro concurso, já que, de 10 mil aprovados, apenas mil foram convocados. "A demanda é muito grande e, se não chamarem mais aprovados, vai faltar professor em 2015. Em vez de realizar outra prova, o GDF poderia apenas ampliar o limite do cadastro reserva e nomear mais professores", afirmou. A seleção, realizada em dezembro de 2013, oferecia 804 vagas, mais 1 mil de cadastro reserva, para professores efetivos em várias áreas. O salário é de R\$ 4.343,18, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, e de R\$ 1.764,42, para carga de 20 horas por semana.